

ção do dividendo máximo que for atribuído a qualquer classe de ações; b. Prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Sociedade; e - c. Participação integral nos resultados da Sociedade, de modo que a nenhuma outra espécie ou classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título. Também, as ações preferenciais classe "C" não tem preferência na subscrição de ações quando estas emissões objetivarem a absorção de incentivos fiscais ou a conversão de debêntures, ambos originários da Lei nº. 8.167/91, consoante disciplina o art. 172, da Lei nº. 6.404/76. O capital social autorizado, conforme AGE - Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2008 é de R\$ 600.000, sendo R\$ 450.000 em ações ordinárias e R\$ 150.000 em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 316.323 em ações nominativas sendo R\$ 307.051 em ações ordinárias e R\$ 9.272 em ações preferenciais. **b. Reserva de capital - * Reserva sub-venção de investimento.** Corresponde aos valores dos incentivos fiscais de redução do imposto de renda, ao qual a Sociedade é beneficiária, atualmente, de redução de 100% do imposto de renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades de produção de aço (lucro da exploração). *** Reservas de lucros - a. Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e constituída conforme art. 31 do seu estatuto social. **b. Reserva de contingência** - É constituída à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, conforme artigo 31 do estatuto social, nos termos do art. 195 da Lei nº. 6.404/76, até que seu valor acumulado alcance 50% do Patrimônio Líquido. - **c. Reserva de retenção de lucros** - Em conformidade com o art. 31 do Estatuto social, a Sociedade após destinação da Reserva legal, Reserva de contingência, Reserva de lucros - incentivos fiscais e Dividendos, o saldo restante constituirá a Reserva de retenção de lucros (art. 196 da Lei nº. 6.404/76) destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, até que o projeto de investimento receba o CEI - Certificado de Empreendimento Implantado a ser emitido pelo Ministério da Integração Nacional ou órgão que venha a substituí-lo na função de dar continuidade à implantação do projeto aprovado pela extinta SUDAM. **d. Dividendos mínimos obrigatórios** - A Sociedade possui ações ordinárias e preferenciais e não tem diferenciação na distribuição dos dividendos. O estatuto social da Sociedade determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

17. Resultado financeiro, líquido

Despesas financeiras	2011	2010
Variações monetárias passivas	(5.458)	(6.386)
Variação cambial	(16.695)	(9.288)
Juros passivos	(45.244)	(25.422)
Descontos	(881)	(1.165)
Despesas bancárias	(294)	(1.563)
Comissões e corretagens	(1.307)	(68)
Outros	(1.577)	(3.313)
Total de despesas financeiras	(71.456)	(47.205)

Receitas financeiras	2011	2010
Variação cambial	13.560	8.998
Receitas de aplicações financeiras	11.019	318
Reversão de ajuste a valor presente	7.060	4.667
Variações monetárias ativas	1.315	7.307
Outras	1.773	2.501
Total de receitas financeiras	34.727	23.791
Resultado financeiro, líquido	(36.729)	(23.413)

Os juros passivos não foram capitalizados nos termos do CPC 20 visto que a Sociedade utilizou parte dos recursos provenientes de operações com partes relacionadas, sem previsão de encargos, como fonte de investimento em imobilizações em andamento (construções e obras). **18. Receita operacional líquida.**

	2011	2010
Vendas de produtos - Mercado interno	622.391	577.961
Vendas de produtos - Mercado externo	33	41.569
Venda bruta	622.424	619.530
(-) Impostos sobre faturamento	(132.042)	(118.231)
(-) Devoluções mercado interno	(4.213)	(7.698)
(-) Devoluções mercado externo	(541)	-
(-) Ajuste a valor presente - faturamento	(7.081)	(5.017)
(-) Faturado e em transitio/ Reversão	5.433	(9.467)
(-) Deduções das vendas	(138.444)	(140.413)
Receita operacional líquida	483.980	479.117

19 Despesas com vendas

	2011	2010
Despesas com frete - mercado interno	(46.780)	(37.908)
Despesas com frete - mercado externo	(1.324)	(1.727)
Propaganda e publicidade	(838)	(703)
Comissões de vendas	(1.968)	(863)
Provisões para perdas de créditos	(1.969)	(220)
Outros gastos com vendas	(5.612)	(2.283)
Total de despesas com vendas	(58.491)	(43.704)

20 Instrumentos financeiros - a. Política de gestão de riscos financeiros - Cliente da maior atenção dada ao assunto riscos financeiros, a Sociedade segue sua política de gestão de riscos financeiros mitigando fatores ou eventos, que podem impactar no retorno esperado dos ativos. No cerne da política de

gestão de riscos financeiros está a diversificação do portfólio de operações, exigência de contrapartidas, atualizações de cadastros, controle de garantias, entre outras ações. A política de gerenciamento de risco da Sociedade foi estabelecida pela Diretoria Financeira juntamente com a Diretoria de Sustentabilidade, visando proteger a rentabilidade do negócio ou o próprio, de riscos específicos ou sistêmicos, sempre quando necessário e julgado pertinente à estratégia corporativa. A Sociedade é pouco sensível às flutuações diárias dos mercados financeiros e foca suas ações na volatilidade mensal e trimestral para medir o desempenho corporativo, mantendo, todavia, os valores em risco cambial de curto prazo naturalmente protegidos por operações de exportação, não necessitando, até o momento, se utilizar de instrumentos derivativos para restringir os riscos financeiros. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não diferem de forma significativa daqueles registrados nas demonstrações financeiras. Nos exercícios de 2011 e 2010 a sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **b. Composição dos saldos**

	31/12/2011		31/12/2010	
Descrição	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Cx e Banco conta movimento	4.636	4.636	8.808	8.808
Ativos a valor justo contra o resultado				
Aplicações financeiras	123.507	123.507	4.060	4.060
Passivo a valor justo contra o resultado				
Empréstimos e financiam.	183.286	183.286	190.412	190.221
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	56.841	56.841	57.468	57.468
Debêntures	203.535	203.535	80.585	80.585
Fornecedores	81.929	81.929	71.980	71.980
Partes relacionadas - Mútuo	116.984	116.984	46.990	46.990

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram obtidos por meio de informações das respectivas instituições financeiras independentes. As operações da Sociedade estão sujeitas aos seguintes riscos operacionais: *** Risco de taxa de câmbio** - Parte diminuta do passivo financeiro e junto a com fornecedores da Sociedade estão suscetíveis a variações cambiais significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. No de exercício de 2011 foi verificada uma variação positiva em relação ao Real de 12,54% (em 2010 variação negativa de 4,31%). A exposição da Sociedade em moedas estrangeiras pode ser identificada conforme segue:

	2011	2010
a. Financ. e emprést. em moeda estrangeira	(47.548)	(12.999)
b. Contas a receber em moeda estrangeira	37.878	1.773
c. Déficit apurado (a-b) (*)	(9.670)	(11.226)

(*) O déficit apresentado ainda pode ser ajustado pelo fato de que os ativos e passivos contratados não estão suscetíveis a mesma moeda (US\$ x Iene x Euro x Real), estando sujeitos a paridades cambiais entre estas moedas. *** Risco de taxas de juros** - Os resultados da Sociedade estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes. A Sociedade utiliza com parcimônia instrumentos financeiros derivativos tais como swaps, compra e venda de contratos de opções para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos. *** Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)** - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Sociedade faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Sociedade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. *** Risco de crédito** - Decorre da possibilidade de Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **c. Controles relacionados aos riscos** - A Sociedade visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o exercício. **d. Níveis de valor justo**

	31/12/2011		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	123.507	-	-
Empréstimos e financiamentos	183.287	-	-
Debêntures	120.965	-	-

(a) Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **(b) Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); **(c) Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). **e. Instrumentos financeiros derivativos** - Os contratos de swap têm por objetivo proteger as aplicações financeiras em renda fixa e juros de contratos de captação em busca de mitigar os riscos contra a oscilações dos juros internos e externos para

proteger a Sociedade. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade não possuía contratos relacionados a instrumentos financeiros derivativos e em 31 de dezembro de 2011 possuía saldo irrelevante para essa modalidade de contrato. **21 - Prejuízos fiscais a compensar** - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2011	2010
Base negativa de contribuição social	33.057	29.707

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição. A Sociedade reconheceu em 2009 nas demonstrações financeiras os efeitos da contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais no valor de R\$ 4.280 e não reconheceu os efeitos do imposto de renda diferidos sobre os prejuízos fiscais em virtude da incerteza de venda de produção não incentivada (ferro gusa). Em 30 de junho de 2010 foi reconhecido o IRPJ diferido sobre prejuízo fiscal no montante de R\$1.805, para imediata compensação de débitos tributários nos termos da Lei 11.941/2009. **22 - Cobertura de seguros** - Considerando a natureza de sua atividade e as premissas de risco a ela inerentes, a Administração da Sociedade tem buscado junto ao mercado segurador a contratação de cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros. Entretanto, após diversas tentativas de colocação de referido risco ao mercado segurador, através de Resseguradores Nacionais e Internacionais, nenhuma companhia conseguiu alocar 100% dos riscos perante um Ressegurador. Com o intuito de minimizar os riscos inerentes à operação, a Sociedade implantou medidas alternativas de prevenção de sinistros, tais como rede de hidrantes em toda a usina, extintores de incêndio em todos os pontos necessários, caminhão-pipa de água para combate a incêndio e brigada de incêndio com equipe treinada e reciclada periodicamente. As premissas de riscos adotadas pela Administração, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Composição do Conselho de Administração - **José Vilmar Ferreira** - Presidente - **Wander Jean Matos Ferreira** - Vice-presidente - **Rose Marie Matos Ferreira** - Conselheira - **Maria de Jesus Ferreira Corrêa** - Conselheira - Composição da Diretoria - **José Vilmar Ferreira** - Presidente - **Francisco Ian de Vasconcelos Corrêa** - Vice-presidente - **Maria José Ferreira** - Diretora Financeira - **Rose Aline Matos Ferreira de Freitas Guimarães** - Diretora Corporativa - Responsável técnico - **Cláudia Carvalho** - CPF 872.359.276-15 - CRC: 065123/O-6 - PA.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Siderúrgica Norte Brasil S.A. Marabá - PA. Examinamos as demonstrações financeiras da Siderúrgica Norte Brasil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. - Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluído a avaliação dos riscos distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desse controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Siderúrgica Norte Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Fortaleza, 16 de março de 2012 - KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6 - João Alberto da Silva Neto - Contador CRC 1RS048980/O-0 S SP.**

CONTINUA NO CADERNO 6